



## **REGIMENTO DO CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO**

  
  

Ano Letivo 2019/2020

O Conselho Técnico-Científico do Instituto Superior de Administração e Gestão (ISAG), reunido em 30 de setembro de 2019, aprovou o seguinte regimento:

**Artigo 1.º**  
**Composição**

1. O Conselho Técnico-Científico é constituído por cinco elementos habilitados com o grau de doutor ou detentores do título de especialista, eleitos pelo conjunto dos professores de carreira, professores contratados em regime de tempo integral com mais de 10 anos de serviço no Instituto, docentes com grau de doutor em regime de tempo integral com contrato de duração não inferior a um ano, e por docentes com o título de especialista em regime de tempo integral com contrato com a instituição há mais de dois anos.
2. Um dos cinco elementos a integrar o Conselho Técnico-Científico poderá ser um professor ou investigador de outra instituição de ensino, ou uma personalidade de reconhecida competência, a convite.
3. Os membros do Conselho Técnico-Científico elegerão entre si, o seu Presidente e, em caso de empate, o membro contratado em regime de tempo integral e com maior antiguidade no Instituto terá, para este efeito específico, voto de qualidade.
4. A eleição dos representantes do Conselho Técnico-Científico é feita de acordo com o regulamento eleitoral.

**Artigo 2.º**  
**Competências**

Compete ao Conselho Técnico-Científico, designadamente:

- a) Elaborar o seu regimento;
- b) Apreciar o plano de atividades científicas do Instituto;
- c) Pronunciar-se sobre a criação, alteração e extinção de cursos propostos pela Entidade Instituidora;
- d) Aprovar a distribuição anual do serviço docente, submetendo-a aprovação do Conselho de Direção;
- e) Aprovar as normas de admissão dos alunos;

- f) Aprovar os planos de estudos dos ciclos ministrados, programas de cursos e das unidades curriculares;
- g) Propor ou pronunciar-se sobre a instituição de prémios escolares;
- h) Propor ou pronunciar-se sobre a realização de acordos e parcerias internacionais;
- i) Praticar os outros atos previstos na lei relativos à carreira docente e de investigação e ao recrutamento de pessoal docente e de investigação;
- j) Decidir, nos casos previstos na lei, sobre a creditação de conhecimentos e competências, tendo em vista o prosseguimento de estudos;
- k) Através do seu Presidente, e em conjunto com o Presidente do Conselho de Direção, assinar os diplomas atribuídos pelo ISAG;
- l) Emitir parecer sobre a contratação, exoneração e substituição de docentes;
- m) Definir as áreas científicas dos cursos ministrados;
- n) Nomear os Diretores de Curso e os Coordenadores de Área Científica;
- o) Propor a composição dos júris de provas e de concursos académicos;
- p) Analisar e aprovar as propostas de Regulamento Pedagógico, submetidas pelo Conselho Pedagógico;
- q) Pronunciar-se nos termos da lei sobre o Relatório Anual de Atividades, quando solicitado pelo Conselho de Direção;
- r) Deliberar sobre outras matérias de natureza científica que lhe sejam submetidas outros órgãos de gestão.

**Artigo 3.º**  
**Reuniões ordinárias**

1. O Conselho Técnico-Científico reúne em sessão ordinária mensalmente e em data a fixar, de setembro a julho.
2. Cabe ao Presidente do Conselho Técnico-Científico a fixação dos dias e horas das reuniões ordinárias.
3. Quaisquer alterações ao dia e hora fixados para as reuniões devem ser comunicadas a todos os membros do Conselho, de forma a garantir o seu conhecimento seguro e oportuno.
4. A convocatória e a comunicação referida no número anterior deverão ser efetuadas, preferencialmente por correio eletrónico, considerando-se como válida a confirmação da entrega da mensagem à lista de correio eletrónico dos membros.

**Artigo 4.º**  
**Reuniões extraordinárias**

1. O Conselho Técnico-Científico reúne extraordinariamente a convocação do seu Presidente, por sua iniciativa, ou a pedido de, pelo menos, dois dos seus membros.
2. A convocação da reunião extraordinária deve ser feita com a antecedência mínima de quarenta e oito horas.
3. A convocatória da reunião extraordinária deverá incluir, de forma expressa e especificada, o(s) assunto(s) a tratar na reunião.
4. A convocatória deverá ser efetuada, preferencialmente por correio eletrónico, considerando-se como válida a confirmação da entrega da mensagem à lista de correio eletrónico dos membros.

**Artigo 5.º**  
**Ordem de trabalho**

1. A ordem de trabalho de cada reunião é estabelecida pelo Presidente do Conselho Técnico-Científico, e deve incluir os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro do Conselho, desde que sejam da competência do Conselho e o pedido seja apresentado por escrito com a antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a reunião.
2. A ordem de trabalho deve ser entregue a todos os membros com a antecedência, de, pelo menos, quarenta e oito horas sobre a data da reunião, preferencialmente por correio eletrónico, considerando-se como válido a confirmação da entrega da mensagem à lista de correio eletrónico dos membros.

**Artigo 6.º**  
**Objeto das deliberações**

Só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem de trabalho da reunião, salvo se, tratando-se de reunião ordinária, pelo menos dois terços dos membros presentes reconhecerem a urgência da deliberação imediata sobre outros assuntos.

**Artigo 7.º**  
**Inobservância das disposições sobre convocação**

A ilegalidade resultante da inobservância das disposições sobre a convocação das reuniões só se considera sanada quando todos os membros do Conselho Técnico-Científico compareçam à reunião e não suscitem oposição à sua realização.

**Artigo 8.º**  
**Quórum**

1. O Conselho Técnico-Científico só pode deliberar desde que esteja presente a maioria dos seus membros.
2. Não se verificando na primeira convocação o quórum previsto no número anterior, será convocada nova reunião, com o intervalo de, pelo menos, vinte e quatro horas.
3. As reuniões iniciar-se-ão à hora prevista nas convocatórias, desde que haja quórum, ou logo que estejam reunidas as condições de quórum necessárias.
4. Se se verificar um atraso no início ou continuação dos trabalhos por um período superior a trinta minutos, devido a falta de quórum, o Presidente do Conselho Técnico-Científico poderá determinar a realização de nova reunião, em nova convocatória.
5. A comparência às reuniões do Conselho Técnico-Científico prefere sobre outras atividades.
6. As faltas às reuniões do plenário do Conselho Técnico-Científico deverão ser justificadas perante o Presidente do Conselho Técnico-Científico.

**Artigo 9.º**  
**Forma de votação**

1. As deliberações são tomadas por votação nominal, devendo votar primeiramente os vogais e, por fim, o Presidente do Conselho Técnico-Científico.
2. Implicam sufrágio secreto:
  - a) As eleições;
  - b) As deliberações relativas a pessoas, designadamente as que envolvam a apreciação de comportamentos ou qualidades;
  - c) Quando tal seja deliberado pelo órgão.

3. Quando exigida, a fundamentação das deliberações tomadas por sufrágio secreto será feita pelo Presidente do Conselho Técnico-Científico após a votação, tendo presente a discussão que a tiver precedido.

4. São permitidas abstenções, exceto quando as deliberações sejam tomadas pelo Conselho Técnico-Científico enquanto órgão consultivo.

#### **Artigo 10.º** **Impedimentos**

Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros do Conselho Técnico-Científico que se encontrem ou se considerem impedidos, face ao que se encontra estabelecido em legislação competente.

#### **Artigo 11.º** **Maioria exigível nas deliberações**

As deliberações são tomadas por consenso ou, quando este não for conseguido, por maioria simples de votos dos membros presentes, tendo o Presidente voto de qualidade.

#### **Artigo 12.º** **Ata da reunião**

1. De cada reunião será lavrada ata, que conterá um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações.

2. Os membros do Conselho Técnico-Científico poderão fazer registar em ata as declarações por si produzidas, entregando um texto escrito após a sua leitura.

3. As atas são lavradas pela Secretária do Conselho e postas à aprovação de todos os membros no início da reunião seguinte, sendo assinadas, após a sua aprovação, por todos os membros.

4. As deliberações do Conselho Técnico-Científico adquirem eficácia depois de aprovadas as respetivas atas ou depois de assinadas as minutas, nos termos do número anterior.

### **Artigo 13.º**

#### **Registo na ata do voto de vencido**

1. Os membros do Conselho Técnico-Científico podem fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem.
2. A intenção da apresentação de voto de vencido e as razões sintéticas que as justificam deverão ser ditadas para a ata até ao final da reunião; as declarações de voto de vencido deverão ser apresentadas por escrito até ao momento de aprovação da ata.
3. Aqueles que ficarem vencidos na deliberação tomada e fizerem registo da respetiva declaração de voto na ata ficam isentos da responsabilidade que daquela eventualmente resulte.
4. Quando se trate de pareceres a dar a outros órgãos de gestão, as deliberações serão sempre acompanhadas das declarações de voto apresentadas.

### **Artigo 14.º**

#### **Mandatos**

O mandato dos membros do Conselho Técnico-Científico tem a duração de um ano, com efeitos a produzir a partir do início do ano letivo (1 de setembro), salvo se a destituição se fundar em motivos disciplinares.

### **Artigo 15.º**

#### **Perda de mandato**

Perdem o mandato os membros que:

- a) Deixem de pertencer aos corpos por que tenham sido eleitos;
- b) Estejam impossibilitados de permanentemente exercer as suas funções;
- c) Faltarem, sem motivo justificativo, a mais de três reuniões por ano;
- d) Sejam condenados em processo penal ou disciplinar durante o período do mandato por infração grave cometida no exercício das funções para que foi eleito.

### **Artigo 16.º**

#### **Substituição**

1. Em caso de renúncia ou de perda de mandato, os membros do Conselho Técnico-Científico são substituídos pelo elemento seguinte na lista pela qual haja sido eleito.

2. Na impossibilidade de substituição nos termos do número anterior, procede-se a nova eleição pelo respetivo corpo.
3. Os novos titulares eleitos apenas completam os mandatos.

**Artigo 17.º**  
**Revisão e alteração do regimento**

O regimento deverá ser objeto de atualização sempre que seja necessário estabelecer a sua conformidade com os Estatutos do ISAG e/ou com a lei.

**Artigo 18.º**  
**Casos omissos e dúvidas de interpretação**

As dúvidas de interpretação serão decididas pelo Conselho Técnico-Científico ou, em caso de urgência, pelo seu Presidente, sendo submetidas a ratificação da primeira reunião subsequente do órgão.

**Artigo 19.º**  
**Entrada em vigor**

O presente Regimento entra em vigor imediatamente após a sua aprovação.

Porto, 30 de setembro de 2019

O Presidente do Conselho Técnico-Científico,

  
